



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

NOME: YOHANA RODRIGUES BESERRA

MATRÍCULA: 12/0138751

**O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: LIMITES E
POSSIBILIDADES DA AUTONOMIA PROFISSIONAL NO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA - IFB**

BRASÍLIA

2016

YOHANA RODRIGUES BESERRA

**O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: LIMITES E
POSSIBILIDADES DA AUTONOMIA PROFISSIONAL NO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA - IFB**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Sandra Oliveira
Teixeira

BRASÍLIA

2016

YOHANA RODRIGUES BESERRA

**O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: LIMITES E
POSSIBILIDADES DA AUTONOMIA PROFISSIONAL NO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA - IFB**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Sandra Oliveira
Teixeira

Sandra Oliveira Teixeira
Orientadora

Luciana dos Reis Elias
Assistente Social do IFB

Nathalia Eliza de Freitas
Assistente Social da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social,
Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

BRASÍLIA

2016

“A história da sociedade até aos nossos dias é a história da luta de classes”

Karl Marx

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus por mais este feito. Sou grata a Ele por me proporcionar saúde e força nesta caminhada.

À minha família que me apoiou em cada etapa da minha graduação e me ajudou a enfrentar a jornada com fé e dedicação.

Ao meu noivo, Eduardo, por estar sempre comigo me proporcionando os melhores momentos da minha vida. Obrigada por me ajudar e me compreender.

À Thaís, minha melhor amiga e companheira de graduação, sou grata por sua amizade e parceria. Você tornou a caminhada mais leve e divertida.

Agradeço à todos os professores e colegas da UnB. Todos foram essenciais no meu processo de formação e sempre levarei cada um dentro do meu coração. Em especial, à Sandra Oliveira, minha orientadora nessa caminhada. Obrigada por sua parceria e compreensão, sem você nada disso seria possível.

Agradeço à Nathalia Eliza que me acompanhou nos primeiros passos deste trabalho e me orientou de forma exemplar. Obrigada por seu apoio e carinho.

Agradeço de forma geral à toda equipe do IFB, que me acolheu como estagiaria e me proporcionou experiências incríveis. Em especial, agradeço à Luciana dos Reis, por ser essa profissional maravilhosa que me fez despertar a paixão pelo Serviço Social na Educação.

Enfim, agradeço a todos que acreditaram em mim e no meu potencial.

RESUMO

A educação é fator fundamental para a reprodução da sociedade de classes e está fundamentada no mercado de trabalho, ou seja, é o conjunto de práticas sociais que proporcionam a internalização dos consensos necessários à reprodução deste sistema, e é a partir dessa dinâmica que se instalam as possibilidades (ou não) de construção histórica de uma educação emancipadora (CFESS/CRESS, 2002). Sendo assim, o presente trabalho de conclusão de curso possui por objetivo analisar o trabalho do/a assistente social na área educacional. Em especial, compreender os limites e possibilidades da autonomia profissional do/a assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Para adentrar nesta temática, foi realizada uma análise histórica a respeito da educação e do Serviço Social neste contexto. E a partir disto, foram demonstrados os resultados obtidos da pesquisa realizada a respeito da autonomia profissional e a sintetização da forma como tal autonomia é assegurada dentro deste campo de trabalho.

Palavras-chave: Serviço Social, educação, Instituto Federal, autonomia.

SUMMARY

Education is a fundamental factor for the reproduction of class society and is based on the labor market, that is, it is the set of social practices that provide the internalization of the consensuses necessary for the reproduction of this system, and it is from this dynamic that settle The possibilities (or not) for the historical construction of an emancipatory education (CFESS / CRESS, 2002). Therefore, the present work of course completion aims to analyze the work of the social worker in the educational area. In particular, to understand the limits and possibilities of the professional autonomy of the social worker at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Brasília. In order to penetrate this theme, a historical analysis was carried out regarding education and Social Service in this context. And from this, the results obtained from the research carried out regarding professional autonomy and the synthesis of the way in which this autonomy is ensured within this field of work were demonstrated.

Key words: Social Service, education, Federal Institute, autonomy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IFB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
EIT	Escolas Industriais e Técnicas
ETF	Escolas Técnicas Federais
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
EAD	Ensino à Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PAE	Política de Assistência Estudantil
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	04
1- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	06
1.1 - Educação profissional, científica e tecnológica: relação trabalho e educação.....	06
1.2 - Características históricas e expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.....	09
1.3 - Contrarreforma na Educação e particularidades da educação profissional.....	17
2- O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.....	23
2.1- Tendências históricas do Serviço Social e breve trajetória histórica do serviço social na educação.....	23
2.2 - Serviço Social: tensões entre trabalho assalariado e projeto ético político profissional.....	27
2.3 - O Serviço Social no contexto contemporâneo.....	33
3- O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA – IFB.....	35
3.1- O IFB: conhecendo o espaço institucional.....	35
3.2 - As condições de trabalhador assalariado do assistente social no IFB.....	39
3.3 - Possibilidades e limites da autonomia profissional frente a precarização do trabalho e da formação profissional.....	44
CONCLUSÃO.....	48
BIBLIOGRAFIA.....	50
ANEXO 01 – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	52
ANEXO 02 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	54

Introdução

A educação está presente em diversos modos de vida e é fator necessário para a reprodução do ser social. Sendo assim, o processo educativo envolve diversos espaços, como: o próprio sujeito, as organizações, a política, a cultura, a escola e a convivência social.

A educação é um processo social presente no âmbito da sociedade civil e protagonizada por diferentes sujeitos sociais, mas também é uma área estratégica de atuação do Estado. Assim como as políticas sociais, a política de educação é um espaço contraditório de luta de classes e constitui uma das respostas à administração das expressões da questão social.

No Brasil, as últimas décadas foram marcadas por contrarreformas na política de educação. Estas contrarreformas são marcadas por respostas às necessidades do novo perfil de trabalhador requerido diante das mudanças ocorridas no processo de produção. Essa perspectiva demonstra a submissão do país frente ao processo de globalização neoliberal e a necessidade de responder aos imperativos em curso no mundo capitalista, ou seja:

“o sistema educacional brasileiro como um todo se redefine para formar um novo trabalhador e um novo homem que contribua para a superação da crise internacional capitalista” (Neves, 1999, p.134).”

Na perspectiva da satisfação dos interesses capitalistas e do compromisso com a luta de classes, a atuação do profissional de Serviço Social se faz cada vez mais importante no contexto atual. O/a assistente social apresenta enorme relevância para contribuir não apenas com questões cotidianas, mas também com a mobilização social.

Conforme Souza:

[...] Educação e Serviço Social são áreas afins, cada qual com sua especificidade, que se complementam na busca por objetivos comuns e projetos político-pedagógicos pautados sob a lógica da igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade (SOUZA, 2005, p.39)

A inserção do profissional de Serviço Social é fundamental no contexto educacional. Sua atuação é capaz de promover e desenvolver questões como as condições de vida das famílias e alunos, o fortalecimento de ações coletivas, o fortalecimento de vínculos, o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, dentre outras atribuições.

Sendo assim, a presente pesquisa fundamenta-se na seguinte pergunta: quais são os limites e as possibilidades da autonomia profissional do (a) assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB?

Neste sentido, o presente trabalho procurou analisar a atuação e a relativa autonomia profissional dos/das assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

Os objetivos específicos da pesquisa são: compreender os limites e as possibilidades estabelecidas no fazer profissional do (a) assistente social nos IF's, compreender a relativa autonomia dos mesmos neste campo de atuação, analisar o contexto do Serviço Social na educação, compreender o contexto histórico da educação e sua relação com o Serviço Social, em especial o contexto da educação profissional, analisar o contexto contemporâneo e apresentar os resultados obtidos da pesquisa realizada com os assistentes sociais dos IF's.

Discutir a autonomia relativa do profissional de Serviço Social é discutir a própria atuação do mesmo. É adentrar na temática do fazer profissional e dos limites e possibilidades presentes no cotidiano.

Com isso, em todos os campos de atuação a discussão desta temática é de extrema importância para a problematização do exercício profissional do/a assistente social devido à realidade social ao qual estamos inseridos.

Dessa forma, a relativa autonomia do profissional de Serviço Social frente ao contexto de precarização das políticas sociais e exploração do trabalho não revelam que as suas competências e suas possibilidades de defesa em prol da classe trabalhadora se esgotaram. Mas significa que como trabalhador assalariado e submisso ao empregador, o/a profissional de Serviço

Social se encontra em uma realidade de submissão e desmonte de direitos sociais, fatores que formam verdadeiros obstáculos à concretização efetiva do fazer profissional.

Procedimentos metodológicos

Sob uma perspectiva teórica e crítica, este trabalho pretende realizar um estudo qualitativo a respeito dos limites e possibilidades da autonomia profissional do/a assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB. O estudo terá como base metodológica de análise o método dialético e terá como fonte a pesquisa bibliográfica.

Nesse sentido, tomaremos como ponto de partida o contexto das políticas públicas no âmbito da educação profissional e a inserção do Serviço Social na educação. Para isto, será realizado um criterioso estudo bibliográfico sobre o tema e as categorias envolvidas para a construção do quadro teórico que fundamente o estudo.

A partir disto, realizaremos uma pesquisa social que contará com os seguintes instrumentais: a observação e a entrevista. A observação é de extrema relevância, pois possibilita a obtenção de dados sem maiores reações subjetivas facilitando a aquisição dos conhecimentos necessários do cotidiano profissional. A observação se fará sobre as reuniões, atendimento e todas as práticas que perpassam o cotidiano da profissional de Serviço Social.

A entrevista é uma técnica de obtenção de dados através de perguntas elaboradas do investigador ao investigado, e é de extrema importância para compreender os diversos aspectos sociais. Será uma entrevista semiestruturada (anexo 1) e realizada com a assistente social para a melhor compreensão do cotidiano profissional, assim como seus desafios. Será disponibilizado também o termo de consentimento livre e esclarecido (anexo 2), aonde o/a profissional de Serviço Social poderá obter informações importantes da pesquisa e se assegurar de sua proteção legal e moral.

Neste sentido, o presente trabalho será distribuído da seguinte forma: no primeiro capítulo está presente a análise a respeito da educação profissional e a relação educação e trabalho. Todo o processo histórico dessa vertente de educação e suas peculiaridades frente ao cenário contemporâneo.

No capítulo 2 (dois) procurei apresentar a relação entre Serviço Social e Educação, abordando as tendências históricas, a relação entre trabalho assalariado, o projeto ético político e o Serviço Social na contemporaneidade e a autonomia relativa profissional.

Por fim, o capítulo 3 (três) apresenta os resultados da pesquisa referente ao exercício profissional do Serviço Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB, abordando o contexto institucional, as condições de trabalhador assalariado do assistente social no IFB e as possibilidades e limites da autonomia profissional frente à precarização do trabalho e da formação profissional.

Capítulo 1 – Educação profissional

1.1 Educação profissional, científica e tecnológica: relação trabalho e educação

Quando surge a educação? E a escola? Qual são as características da escola na sociedade capitalista? O que significa o trabalho como princípio educativo? Isso é possível no capitalismo, no qual o trabalho é alienado? Essas são algumas das questões que serão brevemente sistematizadas neste item introdutório do capítulo 1.

A educação surge concomitantemente à própria existência humana. Os seres humanos agem sobre a natureza como forma de adaptá-la às necessidades humanas, e é esse processo que conhecemos como trabalho.

Inicialmente prevalecia o que chamamos de “comunismo primitivo”, onde os homens se educavam e passavam seus conhecimentos para as novas gerações. Neste contexto, como aponta Demerval Saviani (1994), a educação estava vinculada ao processo de trabalho. Os homens produziam e aprendiam neste processo.

A partir do momento em que os homens se fixaram em suas terras surge a chamada propriedade privada. A medida que a apropriação privada se expandia, os homens passavam a se dividir em classes. Sendo assim, surge a classe dos proprietários e a classe dos não proprietários, ou seja, a primeira não precisa trabalhar para sobreviver, vive do trabalho alheio (SAVIANI, 1994 ou s.d.).

A partir desta classe ociosa surge uma educação diferenciada, e é justamente aí que encontramos a origem da escola. A educação dessas classes se caracterizava por atividades de ocupação do ócio, ou seja, atividades consideradas dignas, onde não era preciso trabalhar para suprir suas necessidades. Em suma, a classe dominante obtinha a educação escolar enquanto a educação da maioria ocorria por meio do próprio trabalho. “Era o aprender fazendo. Aprendia lidando com a realidade, aprendia agindo sobre a matéria, transformando-a.” (SAVIANI, s.d.)

Com o passar do tempo e a partir do desenvolvimento das atividades artesanais, do crescimento do grau de acumulação da economia feudal e o fortalecimento das corporações de ofícios surgiram as chamadas feiras de trocas e em consequência foram se estabelecendo as primeiras cidades. Estes fatores foram levando o processo produtivo da agricultura para a indústria e do campo para a cidade, constituindo um novo modo de produção chamado capitalista.

Na sociedade moderna, capitalista, há uma crescente urbanização do campo e as relações deixam de se estabelecerem de forma hereditárias e passam a ser predominantemente sociais. A sociedade não se organiza mais segundo o direito natural, mas sim conforme o direito positivo, àquele estabelecido por um contrato social.

A partir desta sociedade contratual surge a exigência da generalização da escola. Isto porque na sociedade moderna o processo produtivo necessita de códigos formais, ou seja, do código da escrita. Diferentemente do direito natural, passado de geração em geração, o direito positivo é um direito registrado através da escrita, ou seja, o domínio destes códigos formais passa a ser uma necessidade generalizada.

Sendo assim, percebe-se que o desenvolvimento da escola está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento das relações urbanas, ou seja, quanto mais o processo industrial se expande mais se aumenta a exigência da expansão escolar. A ciência também possui um papel fundamental nesse contexto, já que se constitui parte do processo de industrialização como uma força produtiva de extrema relevância. Conforme Marx, a ciência moderna é uma força produtiva do capital e os trabalhadores são apenas partes integrantes desse modo de produção, ou seja, ao submeter os trabalhadores ao processo produtivo, o capital surge como responsável pelo aperfeiçoamento técnico e científico dos mesmos.

Dessa forma, a escola está relacionada às necessidades da vida nas cidades, dos hábitos civilizados, assim como o papel da educação nos remete à formação para a cidadania. Assim, hoje, tendemos a atribuir à escola tudo o que se caracteriza como educativo.

À medida que surge a defesa de uma escola universal, pública e gratuita para todos, a educação escolar passa a ser regulada somente quanto ao mínimo necessário ao trabalhador no processo de produção. A partir disso surge o carácter contraditório da escola, ou seja, ao mesmo tempo em que é requerida por todos os trabalhadores, a classe dominante se nega a expandi-la, tendo em vista que a escola de massa diferencia-se da escola de elite, já que aos trabalhadores deve-se repassar somente o saber mínimo necessário para o processo de produção.

Com o desenvolvimento da indústria e das relações sociais, por volta do século XVIII, surge a chamada “Revolução Industrial”, caracterizada pelo processo de transferência do trabalho manual para as máquinas. Assim, houve a dominância da indústria e das cidades no âmbito das relações sociais, gerando a necessidade da incorporação de procedimentos formais e funções intelectuais à vida na sociedade. A fim de que esta necessidade fosse sanada, tornou-se fundamental a presença da escola como sistema nacional de ensino. A Revolução Industrial significou uma Revolução Educacional já que ao mesmo tempo em que a máquina tornava-se centro do processo produtivo, a mesma tornou a escola a forma principal e dominante de educação.

O sistema de ensino de dividiu em dois: as escolas de formação geral e as escolas profissionalizantes. As escolas de formação geral tenderam a enfatizar a qualificação geral (intelectual). Já as escolas profissionalizantes, diretamente vinculadas à produção, estavam relacionadas diretamente às tarefas específicas da produção, obtidas através de um preparo intelectual e manual voltado ao segmento específico da produção.

Hoje estamos vivendo a Revolução da Informática ou Segunda Revolução Industrial, na qual as operações intelectuais são transferidas para as máquinas, gerando uma diminuição das qualificações intelectuais específicas e elevação da qualificação geral. Em suma, o trabalhador passa a exercer a função de comando frente às máquinas, adaptando-as e modificando-as conforme suas necessidades. Ou seja, o trabalho de uma forma geral foi e continuará sendo a base constitutiva do sistema de ensino.

Sendo assim, um sistema educacional consolidado e universal é a base para a garantia do desenvolvimento e modernização da indústria e produção de um país. Caso não haja tal sistema consolidado, a modernização tecnológica e a produtividade passam a ser completamente comprometidas.

A partir da tendência do processo de produção baseado em uma nova base tecnológica e sob um plano de competitividade, a formação de um “novo trabalhador” sinaliza a demanda de um trabalhador flexível, participativo e com uma nova qualificação. Na prática há a passagem de um trabalhador adestrado para um trabalhador com capacidade de abstração mais elevada. Porém, essa mudança ocorre sob a lógica das expressões da questão social, ou seja, todo o processo produtivo é determinado pela lei geral de acumulação capitalista, que em tempos de crise amplia o seu exército industrial de reserva, e, portanto, promove uma profunda apropriação desigual do conhecimento.

A partir desta tendência histórica, verificamos que o sistema educacional é fundado e construído na perspectiva de uma aprendizagem desigual. E para, além disso, é permeada por interesses sociais, econômicos e políticos da classe dominante.

1.2 Características históricas e expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

A educação profissional surgiu no Brasil por volta dos anos de 1800 na perspectiva de aprendizagem dos ofícios manufatureiros, chamadas de Escolas de Aprendizes Artífices.

O decreto 7.566, de 23 setembro de 1909, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, é caracterizado como o marco inicial do ensino profissional, científico e tecnológico de abrangência federal no Brasil. Este ato criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices, no qual ofereciam ensino profissional primário e gratuito para pessoas que o governo considerava “desafortunadas” à época. Essas escolas apresentavam o objetivo muito mais voltado para a inclusão social de jovens carentes do que para a formação de mão de obra qualificada. Além disso, neste contexto histórico, a economia do país baseava-se na atividade rural e a industrialização ocorria de maneira lenta e precária.

A partir da Constituição promulgada em 1937 por Getúlio Vargas, as Escolas de Aprendizes Artífices se transformaram em Liceus Industriais. Estes Liceus tornaram-se aliados da expansão industrial, tendo em vista o rápido crescimento industrial e a demanda por mão de obra qualificada. Sendo assim, o ensino técnico passou a ser visto como um elemento estratégico para o desenvolvimento da economia e como um fator essencial para proporcionar melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

Em 1942, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, realizou uma enorme reforma no sistema educacional brasileiro, que nivelou o ensino profissional e técnico ao nível médio. Neste momento, os Liceus Industriais passaram a ser chamados de Escolas Industriais e Técnicas (EITs).

A partir de 1959 os EITs foram transformados em Escolas Técnicas Federais (ETFs) e passaram a obter autonomia pedagógica e administrativa. A partir disto, o ensino técnico ganhou um novo status. A instituição por lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, equiparou o ensino profissional ao ensino acadêmico.

O crescente crescimento econômico nos anos 70 caracterizou uma forte expansão da oferta do ensino técnico e profissional. Em 1978, surgiram os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), que apresentavam como objetivo primordial formar engenheiros de operação e tecnólogos.

Em 1988, estabeleceu-se uma nova Constituição, e com ela inúmeros deveres e direitos conquistados. Dentre estas conquistas, destaca-se a área da educação, que passou por mudanças significativas. A Constituição Federal de 1988 assegura o direito à educação a todos, sem discriminação, e estabelece que seja responsabilidade do Estado garanti-la. O artigo 205 afirma:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em 1994, foi criada a lei nº 8.948 que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Conforme seu artigo 1º:

A instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica tem como finalidade permitir melhor articulação da Educação Tecnológica, em seus vários níveis, entre suas diversas instituições, entre estas e as demais incluídas na Política Nacional de Educação, visando ao aprimoramento do ensino, da extensão, da pesquisa tecnológica, além de sua integração com os diversos setores da sociedade e do setor produtivo.

Já em 1996, estabeleceu-se a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação que determina as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dentre os vários assuntos tratados na lei, a educação profissional é citada no capítulo III como articulada à diferentes formas de educação, além do trabalho, ciência e tecnologia e que conduz ao constante desenvolvimento da vida produtiva dos indivíduos.

Com o passar do tempo, a partir dos chamados Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), das escolas agrotécnicas federais e escolas técnicas vinculadas às universidades, em dezembro de 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, presentes atualmente em diversos estados. Com 105 anos de vida, a Rede Federal conta com 38 Institutos, dois Cefets e uma Universidade Tecnológica Federal. (Portal Brasil, 2014).

Estas instituições possuem como base um conceito de educação profissional e tecnológica peculiar, atuando através de cursos técnicos, em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica. Em suma, a principal proposta dos Institutos Federais é agregar a formação acadêmica à preparação para o trabalho, levando em consideração uma formação contextualizada às demandas atuais do modo de produção capitalista.

A Rede Federal de Educação Profissional completou 105 anos em 2014, entretanto, nos últimos quinze anos as transformações a que ela foi submetida foram extremamente significativas. Conforme o autor Valerio Arcary (2015), essas transformações podem ser divididas em cinco grandes fases até chegar a atual configuração dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A primeira fase se estabelece no contexto da ditadura militar. Entre os anos de 1968 e 1988, as Escolas Técnicas Federais ofereciam um dos melhores ensinos de segundo grau, caracterizado tanto pela qualidade do ensino quanto pela seleção severa através de vestibulares. Além disso, nesse período as liberdades democráticas na instituição eram extremamente limitadas já que, dentre outros fatores, a organização sindical era proibida e a repressão dos estudantes era severa. Apesar de tudo, as remunerações e condições de trabalho eram superiores às das esferas públicas e privadas.

Entre 1988 e 1996, com o fim da ditadura militar e com a aprovação da Constituição de 1988, iniciaram-se os concursos públicos e os servidores deixaram de ser celetistas para serem regidos pelo estatuto jurídico único e, além disso, os diretores passaram a ser eleitos pela comunidade. De certa forma, o projeto educacional permaneceu o mesmo, apresentando bons resultados, reconhecimento público e excelentes desempenhos nos vestibulares. Nesse período surge o SINASEFE, o sindicato de professores e servidores da Rede, o qual foi caracterizado como principal conquista democrática impulsionando as primeiras greves. Sendo assim, o período se consolidou em um ambiente de luta política e com assembleias massivas.

Já entre 1996 e 2003 houve a primeira reforma da Rede através do PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional), que ocasionou um empréstimo assinado entre o Ministério da Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) cedendo metade dos recursos do programa. Este programa baseava-se no projeto de “reforma” do Estado e estabelecia a separação entre a educação profissional e o ensino médio. Nesse período os salários iniciais eram arrochados, a corrupção atingiu níveis alarmantes e a

resistência dos professores, servidores e estudantes à implantação do programa eram fortes, tornando as greves recorrentes.

Ainda nesse período, a partir de 2000/01 iniciou-se a implantação dos cursos de Licenciatura, além da diversificação dos cursos de tecnologias já que o custo do aluno nos CEFET'S correspondia a menos um terço do custo do aluno nas Universidades Federais.

A partir do ano de 2003 até meados de 2008 ampliam-se os cursos superiores, restauram-se o ensino integrado e implementam-se os Planos de Carreiras para professores e técnicos administrativos, que garantem a restauração das perdas inflacionárias.

No período de 2008 e 2014, a Rede passou por transformações significativas. Hoje temos 38 Institutos Federais e 562 unidades em todo o país. A oferta de cursos abriu um novo leque: além do ensino médio integrado aos cursos técnicos, surgiram cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, os cursos EJA (Educação de Jovens e Adultos), as pós-graduações, o EAD (Ensino à Distância) e o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). Além disso, houve uma significativa evolução da legislação e documentação oficial produzida pelos próprios IF's.

A passagem da década de 90 para o século XXI se caracterizou pelo término do governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC) e início do governo de Lula, e assim, a consequente implementação de novas diretrizes governamentais. De forma geral, conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), há certa continuidade das diretrizes fundamentais da política de educação profissional nos primeiros três anos do governo Lula, se comparado ao governo de FHC. Segundo estes autores, esta continuidade pode ser observada na preservação do esquema dual de educação, definido como uma divisão entre as percepções educacionais voltadas para uma formação cidadã e outra para o mundo de trabalho, ou seja, de um lado uma formação intelectual e de outro uma formação técnico e profissional.

Tendo em vista essa relação de continuidade da política educacional, afirma-se:

A manutenção da validade das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional, após a edição do novo decreto, dá continuidade à política curricular do governo anterior, marcada pela ênfase no individualismo e na formação por competências voltadas para a empregabilidade. Reforça-se, ainda, o viés adequacionista da educação aos princípios neoliberais. (Frigotto; Ciavatta, Ramos, 2005, p. 1095).

O governo de Lula foi marcado por importantes mudanças referentes às políticas públicas de educação. Uma delas é a mudança na relação entre educação básica e educação profissional, em especial, pela transição entre o Decreto 2.208/97 para o Decreto 5.154/2004. Através do novo decreto, restabelece-se a possibilidade do ensino integrado entre educação geral e formação específica. Além disso, submete-se à lógica empresarial a formação dos jovens excluídos do mercado de trabalho e que não tiveram a oportunidade de acesso à educação regular.

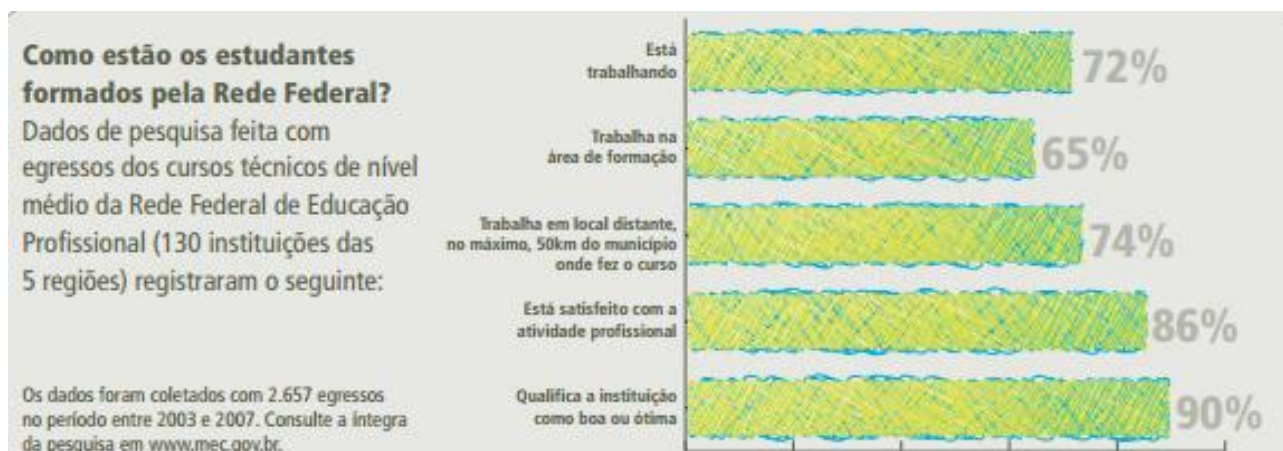
A preocupação do governo era promover a qualificação do pessoal das indústrias e levá-las a colaborar com a sociedade na educação de seus membros, ou seja,

“Esse fato decorreu da impossibilidade de o sistema de ensino oferecer a educação profissional de que carecia a indústria e da impossibilidade de o Estado alocar recursos para equipá-lo adequadamente” (Romanelli, 1997, p. 155)

Sendo assim, as diretrizes governamentais que nortearam as políticas de formação profissional durante o governo de Lula se caracterizam por um lado, das demandas dos movimentos sociais organizados que colaboraram efetivamente em todo o processo político, e por outro lado, das demandas advindas das alianças políticas. A predominância das forças conservadoras têm levado à predominância dos princípios que nortearam as reformas no governo FHC. A insistência de alguns setores em manter os espaços e debates de contradição ainda aparecem presentes. Entretanto, é inevitável reconhecer que o Governo Lula não assumiu de forma eficaz o projeto discutido com as forças progressistas.

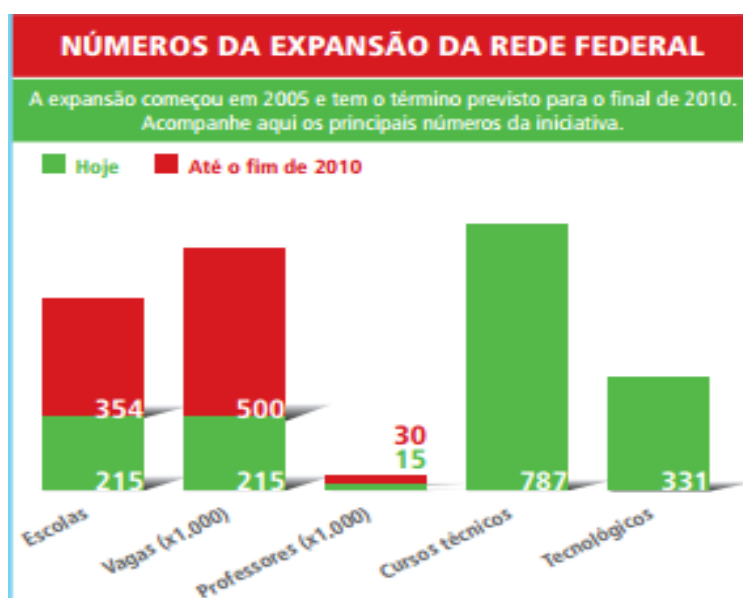
Dados comprovados pelo Censo 2008, divulgado em 2009, atestam que as matrículas em cursos técnicos são as que mais crescem no país. Fatores como a facilidade de ser empregado, a aprendizagem de uma determinada profissão ou a junção do ensino regular com a educação profissional são

elementos que levam os indivíduos a recorrerem à educação profissional como uma saída eficiente.



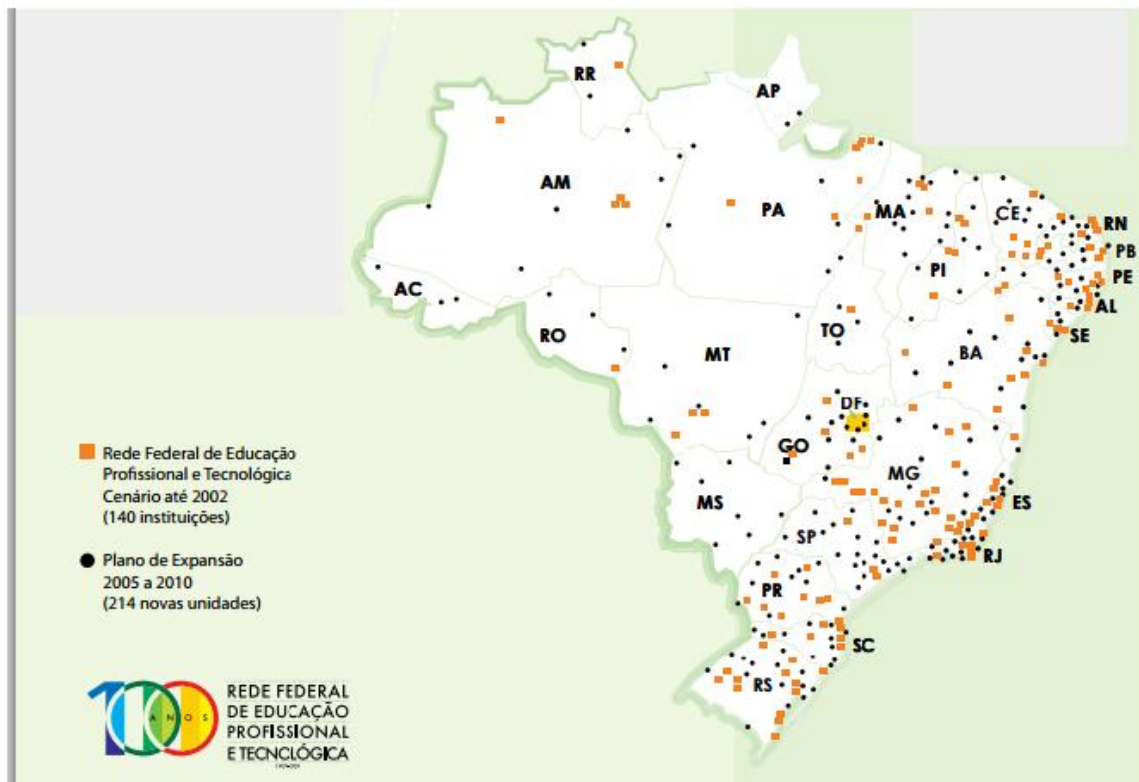
Fonte: Censo 2008

O quadro acima demonstra justamente a realidade dos estudantes formados através da Rede Federal de Educação. Através do quadro, percebemos que 72% dos estudantes encontram-se no mercado de trabalho, fato este que comprova a facilidade de inserção dos mesmos no trabalho. Outro fato importante é de que 86% dos estudantes estão satisfeitos com a atividade profissional ao qual exercem, demonstrando que a educação profissional apresenta funcionalidade junto ao mercado de trabalho e à qualidade de vida.



Fonte: Censo 2008

Tendo em vista tal funcionalidade da Rede Federal e sua crescente procura por parte da população, sua expansão tem em vista o crescimento de vagas, cursos e professores em grandes níveis, a fim de proporcionar resultados eficientes e eficazes tanto para os trabalhadores quanto para o mercado de trabalho em si.



Fonte: Censo 2008

Percebe-se então a crescente expansão da rede de ensino técnica no país e a sua eficiência junto ao mercado de trabalho, fato este que contribui significativamente para o desenvolvimento econômico do país. Como citado acima, tal eficiência é demonstrada em um dos gráficos apresentados, onde 72% dos estudantes formados nas instituições federais de ensino se encontram no mercado de trabalho. Portanto, não podemos deixar de lado que tal expansão favoreceu o fortalecimento no processo de inserção de milhões de brasileiros, antes excluídos da possibilidade de adentrar em redes de capacitação e ensinos técnicos e profissionalizantes.

Levando em consideração o avanço no crescimento destas instituições, em 2010, o Decreto nº 7.234, de 19 de julho, trouxe as disposições a respeito do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, importante conquista no campo educacional por tratar das ações relativas à moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção a saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso a estudantes de baixa renda. Conforme o artigo 1º, o PNAES é executado no âmbito do Ministério da Educação e apresenta como objetivo ampliar as condições de permanência dos jovens na educação.

A Política de Assistência Estudantil (PAE) dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, baseada na PNAES, é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações que promovam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.

Sendo assim, as políticas públicas de assistência estudantil nas instituições federais devem buscar funções e objetivos relacionados, não à reprodução da ideologia dominante através de políticas assistencialistas do Estado, mas às demandas dos estudantes menos favorecidos economicamente no intuito de garantir o acesso a uma educação de qualidade e à permanência de forma digna e autônoma nas instituições públicas de ensino profissional e tecnológico.

1.3 Contrarreforma na Educação e particularidades da educação profissional

Em decorrência do período fordista/ keynesiano, a intervenção do Estado parecia configurar avanços estabilizadores e perenes, capazes de evitar as crises e as ideias liberais que regeram o mundo até o crack da Bolsa de Nova Iorque.

Entretanto, o neoliberalismo passa a descobrir os perigos deste modelo, como: a falta de motivação dos trabalhadores, a baixa produtividade, a burocratização, dentre outros. E a conclusão é que a perspectiva a partir de então deveria estar direcionada ao mercado livre e à diminuição do Estado

Social. Ou seja, trata-se justamente de uma contrarreforma, aonde a mesma vai adquirindo maior ou menor profundidade em virtude das escolhas políticas e das relações com as classes sociais.

Sendo assim, as políticas neoliberais no capitalismo contemporâneo são marcadas por questões como: a busca pela rentabilidade do capital, atratividade, competitividade, mundialização, adaptação e flexibilidade.

O contexto da educação no Brasil é baseado nas relações econômicas, políticas e ideo-culturais estabelecidas historicamente em todo o desenvolvimento econômico-social do país. Segundo Florestan Fernandes (2006), a relação entre o padrão dependente de desenvolvimento e o padrão dependente da educação formam um dos eixos característicos da educação superior brasileira. Além disso, o autor considera que o padrão estabelecido pela hegemonia burguesa faz com que, ao longo da história do Brasil, apresente dificuldades em garantir até mesmo as reformas educacionais exigidas pelo próprio capitalismo.

Em 1994, Florestan Fernandes afirma que a educação encontrava-se em profunda crise. Uma crise fundada pelas alterações na configuração da luta de classes e da dominação imperialista que requeria a privatização de setores estratégicos do país, inclusive da educação. Neste sentido, a expansão do acesso à educação ocorre justamente devido a ação direta do setor privado na área.

Nos anos do neoliberalismo este processo passa a apresentar uma nova racionalidade: o intenso aumento do setor privado e a privatização interna das instituições de ensino superior públicas. Segundo o Censo, ao final do governo Cardoso a entrada de estudantes em instituições de ensino superior públicas somava 320.354, enquanto nas instituições de ensino superior privadas somava 1.090.854 (Brasil, MEC/INEP, 2002).

Conforme Oliveira, Dourado e Amaral, essa expansão do setor privado é identificado da seguinte forma:

Dados do MEC/Inep/Seec, do Censo das Instituições de Ensino Superior de 2002, mostram que o sistema possui 1.637 instituições; dessas, 162 (9,9%) são universidades, 77 (4,7%) são centros universitários, 105 (6,4%) são faculdades

integradas, 1.240 (75,7%) são faculdades, escolas e institutos e 53 (3,2%) são centros de educação tecnológica (Inep, 2003). Predomina, portanto, nesse cenário, um conjunto de instituições que prioritariamente desenvolvem atividades relacionadas ao ensino de graduação. (2006, p.16).

Sendo assim, esta expansão estava direcionada, preferencialmente, a cursos de curta duração, cursos à distância e cursos sequenciais caracterizando o processo de rápida formação e certificação em larga escala.

No governo Cardoso vivenciamos um profundo reordenamento na área educacional, em especial nas Instituições Federais de Ensino Superior, através de dois eixos: na venda de “serviços educacionais” e no enfoque no ensino de graduação. A venda de “serviços educacionais” e a crescente expansão do acesso a educação superior foi e continua sendo concretizada através da oferta de cursos pagos, especialmente de pós-graduação, da parceria entre as universidades públicas e empresas privadas a fim de realizar consultorias e assessorias, entre outros mecanismos que garantem a privatização interna das instituições (SILVA JR., 2002 e LIMA, 2007).

Toda esta reconfiguração da educação brasileira é fundada na contrarreforma do Estado dirigido pelo governo Cardoso, pelo qual a educação superior passa a ser caracterizada como uma atividade pública não estatal, ou seja, um serviço prestado por instituições de ensino públicas e privadas. Essa concepção de ensino do governo Cardoso expressa um desmonte entre ensino, pesquisa e extensão e limita-se apenas ao ensino. Tal concepção caracteriza-se devido à submissão da formação profissional aos interesses do mundo do capital e da imposição da precarização do trabalho docente.

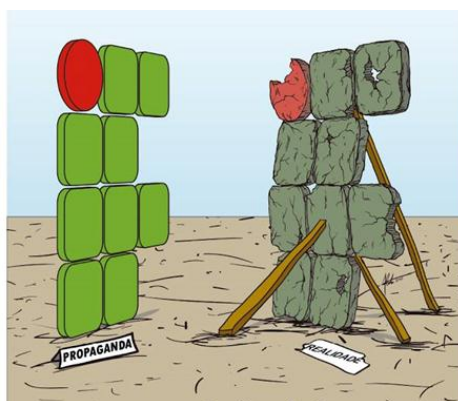
Apesar das expectativas geradas, o governo Lula gerou o aprofundamento da contrarreforma em curso desde o governo Cardoso. Conforme Kátia Regina de Souza e Larissa Dahmer Pereira (2009), as ações do governo Lula podem ser agrupadas em quatro pontos primordiais: o fortalecimento do empresariado na educação superior, a instalação de parcerias público-privadas na educação, a operacionalização dos contratos de gestão e a garantia da coesão social em detrimento das reformas estruturais realizadas pelo governo federal.

Sendo assim, a educação escolar assume uma função de difusão de uma nova pedagogia da hegemonia, no sentido de adaptação do homem ao projeto neoliberal de sociabilidade (NEVES, 2005).

Em todo este contexto da contrarreforma da educação, os Institutos Federais também sofreram duros retrocessos. Conforme uma das diretoras do IFB em postagem na rede social Facebook, a mesma demonstra a realidade vivida nesse espaço:

O processo de expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia serviu como uma das bandeiras políticas eleitorais das candidaturas do PT nas últimas eleições, vendendo uma suposta “revolução educacional” no país. Contudo, do ponto de vista gerencial, a realidade é bem distante do discurso pois houve uma expansão irresponsável da rede federal de ensino, especialmente dos IF’s. Explico: Quando tomou posse em janeiro, a presidente Dilma lançou um lema: “Brasil, pátria educadora”. A verdade é que caminhamos em direção contrária ao slogan. Em menos de três meses do novo mandato houve corte de 31% no orçamento da pasta, 30% no orçamento das universidades federais, houve atrasos no Pronatec e milhares de alunos ficaram sem condições de renovar suas matrículas em seus cursos devido ao arrocho no Fies.” (2015)

Além disso, a mesma acrescenta que há uma crescente falta de recursos para a manutenção dos institutos. Conforme relato, apresenta que o campus está sendo ampliado, mas que está faltando material básico para as aulas. Por fim, acrescenta que não há como expandir o instituto sem que haja um planejamento responsável. Para demonstrar tal realidade, a diretora insere a foto abaixo no intuito de imprimir a realidade dos institutos.



Neste sentido, no ano de 2011 foi realizada auditoria do TCU com o objetivo de avaliar a atuação dos Institutos Federais. Através desta auditoria foram demonstrados alguns resultados. Dentre eles alguns referentes à infraestrutura, conservação e instalação. Segue abaixo dois questionamentos referentes ao tema.

Item avaliado	Situação observada pela equipe de auditoria	
Foi detectado problema de conservação, adequabilidade ou disponibilidade de instalações e equipamentos nos <i>campi</i> visitados?	x	Em todos os <i>campi</i> visitados foram manifestados problemas nessa área.
		Em parte dos <i>campi</i> visitados foram manifestados problemas nessa área.
		Em nenhum dos <i>campi</i> visitados foram manifestados problemas nessa área.
		Não foi possível à equipe se posicionar conclusivamente sobre essa questão.

Fonte: Portal TCU

Item avaliado	Situação observada pela equipe de auditoria	
Foram detectadas restrições quanto à infraestrutura e apoio da organização à realização de pesquisa pelos docentes?		Em todos os <i>campi</i> visitados foram manifestados problemas nessa área.
	x	Em parte dos <i>campi</i> visitados foram manifestados problemas nessa área.
		Em nenhum dos <i>campi</i> visitados foram manifestados problemas nessa área.
		Não foi possível à equipe se posicionar conclusivamente sobre essa questão.

Fonte: Portal TCU

Além disso, foi demonstrada através da imagem 01, a crescente expansão da rede federal de Ensino Profissionalizante no Brasil. Diante desta realidade nos deparamos com um contexto delicado, pois ao mesmo tempo em que há um aumento significativo da rede, percebemos que as questões referentes à infraestrutura e equipamentos para proporcionar suporte aos estudantes encontram-se precárias.

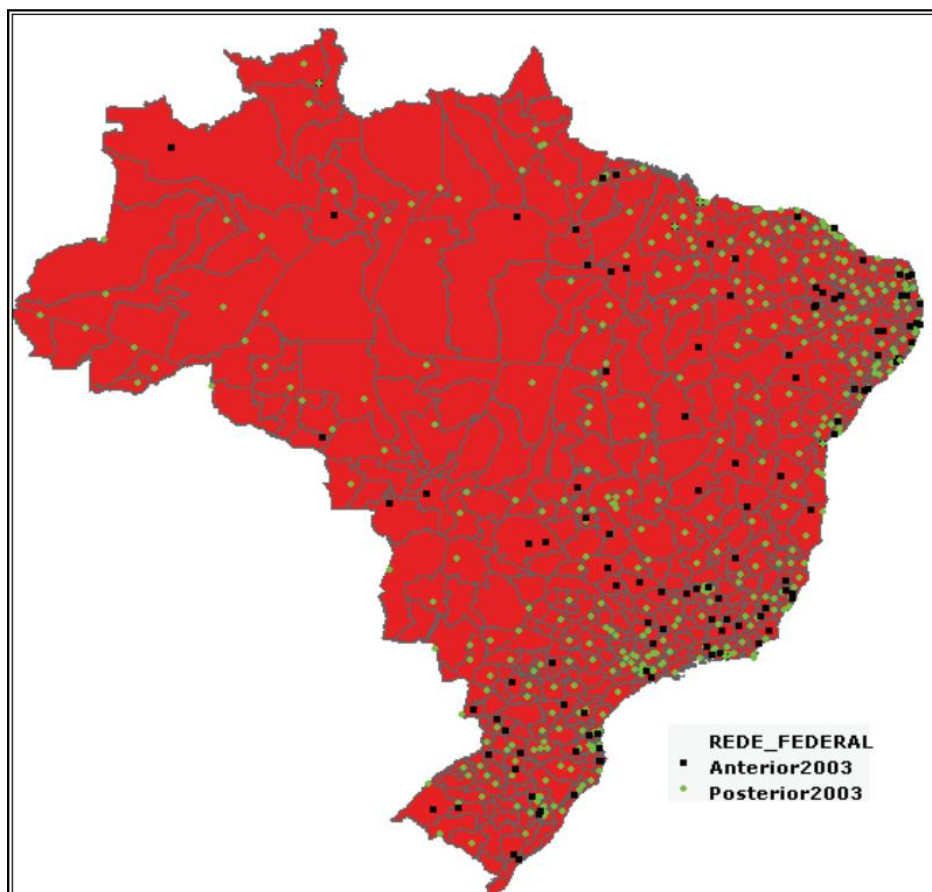


Imagem 01

Fonte: Portal TCU

Capítulo 2 - O Serviço Social e a política de educação

2.1- Tendências históricas do Serviço Social e breve trajetória histórica do serviço social na educação

O Serviço Social no Brasil surge por volta dos anos 20 e 30, fruto de um processo de eclosão da questão social e da expansão e consolidação do modo de produção capitalista. A questão social, definida por Yamamoto e Carvalho (2005, p.77), trata-se das expressões do processo de desenvolvimento da classe operária diante do cenário político, aonde a mesma exige reconhecimento por parte do Estado e do empresariado, ou seja, a questão social é fruto da produção coletiva da riqueza e sua apropriação privada, o que provoca uma série de desigualdades sociais.

O aumento da classe operária em condições precárias de saúde e as constantes reivindicações por melhores condições de vida e trabalho fizeram com que a mesma obtivesse maior visibilidade social. Nesse contexto, o Estado intervém com o objetivo de amenizar as tensões sociais vividas pelos trabalhadores e suas consequências sobre o trabalho assalariado através de ações que não fossem apenas filantrópicas.

Todo o processo de institucionalização da profissão no Brasil se deu através do desenvolvimento de grandes entidades assistenciais, ou seja, o papel do Serviço Social era adequar a classe operária às novas condições de vida com o intuito de neutralizar as lutas por melhores condições de habitação e trabalho. Em suma, o Serviço Social surgiu como um instrumento do capitalismo a fim de proporcionar a manutenção da ordem vigente.

O fazer profissional do Serviço Social, assim como tantas outras profissões, está submetido a uma série de determinações sociais inerentes ao trabalho na sociedade capitalista, como por exemplo: “[...] o trabalho assalariado, o controle da força de trabalho e a subordinação do conteúdo do trabalho aos objetivos e necessidades das entidades empregadoras”. (COSTA, 2000, p. 37).

Sendo assim, mesmo regulamentada como uma profissão liberal, os assistentes sociais trabalham como profissionais assalariados, prestando serviços em diferentes áreas, o que incide diretamente em sua autonomia e possibilidade de construir propostas e respostas profissionais.

Além disso, um conceito fundamental para a compreensão da profissão na sociedade capitalista é o conceito de reprodução social que, na tradição marxista, se refere ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais nesta sociedade. Conforme Iamamoto e Carvalho (1955, p.73), compreender a concepção de reprodução social implica considerar o Serviço Social em dois ângulos: como uma realidade representada pela consciência dos seus agentes profissionais, expressa pelo discurso teórico e ideológico e como uma atividade socialmente caracterizada pelas determinações objetivas que direcionam o exercício profissional.

Conforme Yasbeck:

o Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho. Não se trata de uma dicotomia, mas do fato de que ele não pode eliminar essa polarização de seu trabalho, uma vez que as classes sociais e seus interesses só existem em relação (p.5, 2009).

Dessa forma, os dois ângulos apresentados acima constituem uma unidade contraditória ocasionando um desencontro entre as intenções profissionais, o trabalho que o mesmo realiza e o resultado concretizado. Essa realidade faz-se presente no exercício profissional do Serviço Social e é um componente da organização da sociedade.

Sendo assim, no decorrer da história do Serviço Social, no intuito de atender às exigências dos profissionais da área e também do Estado, os assistentes sociais procuraram construir um aporte teórico e técnico para a prática profissional, distanciando-se da Igreja. Entretanto, a direção conservadora do Serviço Social, que possuía como fonte a Doutrina Social da Igreja, irá fundamentar a formulação dos primeiros objetivos políticos e sociais da profissão, orientando-se através de posicionamentos de cunho humanista/

conservador. Este caráter conservador da profissão se perpetua até por volta dos anos 60.

Dessa forma, em meados da década de 60, através do Movimento de Reconceituação, o Serviço Social procurou cessar com a marca conservadora presente na profissão, ou seja, esse movimento apresentava a proposta de romper com toda a tendência funcionalista presente, e, além disso, buscar um novo fundamento teórico-metodológico à profissão. Todo esse processo de reconceituação foi fundamental para o surgimento de um novo projeto profissional conhecido como projeto ético-político do Serviço Social, que surgiu através da crítica ao conservadorismo.

Conforme Yasbeck, o processo de desenvolvimento do projeto ético-político envolve:

(...) um conjunto de componentes que necessita se articular: são valores, saberes, e escolhas teóricas, práticas, ideológicas, políticas, éticas, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos políticos organizativos, processos de debate, investigação, interlocução crítica com o movimento da sociedade, da qual a profissão é parte e expressão (2004,p.12)

O projeto ético-político profissional do Serviço Social está sintonizado com um novo projeto societário, ou seja, uma nova ordem social aonde não haja exploração de classe, etnia e gênero, baseando-se na liberdade dos indivíduos.

A partir da década de 80 o Brasil passou por inúmeras transformações econômicas e políticas. Mudanças estas caracterizadas pela recessão econômica e saída de um regime ditatorial para um regime de governo democrático. Essas transformações ocorreram em consonância com as grandes demandas sociais e as consequentes limitações do Estado devido suas restrições financeiras. Contudo, mesmo diante de um cenário de crise, os anos 80 pôde ser considerado positivo do ponto de vista dos direitos garantidos. Em 1988 foi promulgado a Nova Constituição Federal que previa, dentre outras vantagens, a uniformidade dos benefícios, a universalização dos direitos sociais e um novo modelo para o Sistema de Seguridade Social (previdência, saúde e assistência social).

Dessa forma, podemos caracterizar o projeto ideopolítico do Serviço Social em três grandes eixos: o Código de Ética Profissional (1993), que se baseia nos direitos e deveres dos assistentes sociais, a Lei de Regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/93) e o Projeto Político Pedagógico através das Diretrizes Curriculares de Formação para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS/1996).

Todos estes elementos citados acima possuem em sua base os componentes que lhe atribuem materialidade, ou seja, elementos estes construídos e expressos pelos próprios assistentes sociais. São eles: dimensão teórico-metodológica; jurídico normativa e organização política. A primeira delas está associada à sistematização da prática profissional, ou seja, todo o processo reflexivo, especulativo e prospectivo do fazer profissional do assistente social. A dimensão jurídico normativa diz respeito a todo o arcabouço legal e institucional do Serviço Social, abrangendo todo o conjunto de leis, resoluções, documentos, e textos políticos. Por fim, a dimensão da organização política envolve os fóruns de deliberação e todas as entidades da profissão, como por exemplo, o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social), a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), o ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), dentre outros. Sendo assim, é através destas entidades que é possível construir um constante espaço democrático da ação coletiva, garantindo a percepção de diferentes concepções do pensamento crítico (CFESS, 2014).

Todas estas dimensões traduzem a atuação dos profissionais do Serviço Social, estabelecendo as diretrizes e o compromisso profissional com o usuário.

O profissional de Serviço Social na área educacional remonta desde à década de 1930, ou seja, desde os processos constitutivos da nossa profissão. Entretanto, é somente a partir da década de 1990, com o amadurecimento do projeto ético político, que se apresenta um aumento considerável do Serviço Social na área educacional no Brasil.

Sendo assim, no 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS 2001, pela primeira vez os profissionais de Serviço Social realizaram proposições a respeito do campo educacional em âmbito nacional. Neste mesmo ano constituiu-se pelo CFESS o “Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação” que apresenta como objetivo a discussão do tema em todo o cenário nacional, abordando aspectos da função social da escola, educação como um direito social, contribuição do Serviço Social, dentre outros fatores correlatos.

Dessa forma, nos encontros nacionais e regionais e no decorrer da trajetória do Serviço Social o assunto a respeito da profissão no contexto educacional vem sido debatido e deliberado por inúmeros profissionais empenhados em proporcionar maior visibilidade e expansão.

2.2- Serviço Social: tensões entre trabalho assalariado e projeto ético político profissional

O contexto educacional é um espaço contraditório, um lugar de dominação e alienação, mas também é um lugar de libertação, contra-ideologia, ou seja, se de um lado se reproduzem as relações sociais, de outro pode contribuir para transformar estas relações.

Assim como a área educacional, o Serviço Social é marcado por um caráter contraditório. Contudo, a educação, diferentemente do Serviço Social, não é um fruto das relações capitalistas, mas é determinada por estas no contexto atual.

Apesar disto, o Serviço Social, em seu projeto ético-político, evidencia seu compromisso na luta pela concretização da liberdade, dos direitos sociais, da equidade, da socialização das riquezas e políticas públicas de qualidade para todos. Apesar da complexidade econômica e social contemporâneas, o profissional de Serviço Social atua no enfrentamento das expressões da questão social, conjugando a leitura do contexto social e diagnóstico da realidade social e a intervenção nesta realidade.

Entretanto, apesar da sua competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, o Serviço Social subordina-se ao interesse

institucional, fruto da relação entre o empregado e empregador. O profissional de Serviço Social se vê atrelado aos interesses dos empregadores, ou seja, há um atrito entre os interesses do assistente social e os interesses institucionais, onde o primeiro trabalha na direção da emancipação social e garantia de direitos e o segundo na promoção dos interesses particulares do empregador. Como já citado anteriormente, deve-se levar em consideração que a força de trabalho do assistente social, assim como todas as outras, trata-se de uma força de trabalho assalariada, e, portanto, subordinada às exigências e prerrogativas do empregador em questão.

Apesar do caráter contraditório da profissão e da própria política educacional, a inserção de assistente social na educação é de extrema relevância. É fundamental que, enquanto categoria de luta pela concretização dos direitos, o assistente social possa contribuir também no âmbito da política da educação na perspectiva da construção de novas relações sociais e ampliação dos espaços democráticos na sociedade.

Nos institutos federais a ação do Serviço Social, no intuito de assegurar os processos democráticos de acesso, permanência e inserção dos alunos no ensino profissional e tecnológico, se baseia na tarefa de adequar as demandas sociais ao trabalho profissional com vistas a possibilitar aos alunos a inserção social, educacional e no mercado de trabalho, de forma autônoma, democrática e cidadã. O autor Demo (2004) em sua obra “Aprendizagem no Brasil: ainda por muito por fazer”, realiza uma crítica ao sistema educacional brasileiro. O mesmo afirma que nos últimos anos os avanços foram apenas quantitativos, ou seja, houve aumento das matrículas, melhoria no salário dos professores e expansão do acesso ao ensino técnico, tecnológico e superior, através da criação e ampliação dos Institutos Federais.

A rápida ampliação, a tendência de formação de mão de obra para um mercado que não valoriza a qualidade e sim a quantidade buscando medidas paliativas e imediatistas e o contexto de investimentos desproporcionais ao grande contingente de estudantes atendidos nos institutos, são alguns dos fatores contraditórios relativos às políticas da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Entretanto, é fundamental que se busque estratégias de

enfrentamento aos ajustes neoliberais, recorrendo-se à construção de uma formação continuada e politizada dos atores sociais envolvidos.

Diante disso, a atuação do Serviço Social faz-se imprescindível. Martins (1999) destaca algumas considerações a respeito das atribuições e competências do Assistente Social na realidade educacional contemporânea, para ele, esse profissional possui a atribuição de:

- melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos;
- favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (os conselhos de classe);
- ampliar o acervo de informações e conhecimentos, acerca do social na comunidade escolar;
- estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático no interior da escola e com a comunidade;
- fortalecer as ações coletivas;
- efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias;
- maximizar a utilização dos recursos da comunidade;
- contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campo de estágio adequado às novas exigências do perfil profissional (MARTINS, 1999, p.70).

O profissional de Serviço Social apresenta enorme relevância para contribuir não apenas com situações cotidianas, frutos da questão social, mas também para contribuir com a mobilização social na educação com vistas à democratização, conforme prevê um dos Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional:

Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (1993, p. 23)..

Sendo assim, a inserção deste profissional se estabelece como uma das formas de permitir o exercício da cidadania ao estudante, refletindo em sua família, e também garantindo a promoção da democracia. Em relação com o exposto, Souza destaca:

[...] Educação e Serviço Social são áreas afins, cada qual com sua especificidade, que se complementam na busca por objetivos comuns e projetos político-pedagógicos pautados sob a lógica da igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade (SOUZA, 2005, p.39)

Por meio do trecho citado, podemos inferir que o assistente social na educação apresenta um papel de extrema relevância, não só na aproximação

da família ao contexto escolar, mas também na análise de fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a problemática social no campo educacional e, conseqüentemente, no trabalho como um método preventivo destes, no intuito de atribuir um processo de transformação dos contextos sociais reproduzidos atualmente.

Atualmente vivemos uma crescente polarização: de um lado está o processo de concentração de renda e riqueza extremamente exacerbadas e de outro, um crescente processo de aprofundamento de desigualdades que atinge cada vez mais a população trabalhadora.

Apesar da “pequena caminhada” alcançada através do texto constitucional de 1988 é a partir de meados dos anos 90 que essas forças democráticas irão se confrontar com o movimento neoliberal iniciado nas décadas anteriores, com nítidas ações de regresso aos direitos. O contexto atual é de desrespeito aos direitos conquistados com redução dos orçamentos públicos nas áreas essenciais como assistência social, educação, trabalho, habitação etc. Conforme Yazbeck:

Com a crescente subordinação das Políticas Sociais à lógica das reformas estruturais para a estabilização da economia, mesmo que não se avance para a privatização total da área social, contata-se uma redução das responsabilidades do Estado no campo das políticas sociais. A redução de recursos tem significado uma deterioração dos Serviços Sociais públicos, compreendendo a cobertura universalizada, bem como a qualidade e a equidade dos serviços (Yazbeck, 1997:9).

As políticas educacionais brasileiras sofrem os reflexos deste sistema econômico vigente e sua conseqüente redução de investimentos. As transformações ocorridas no mundo do trabalho, a expansão da ideologia neoliberal e o aceleramento da acumulação capitalista são exemplos que intensificaram estruturalmente o modo de vida da sociedade proporcionando uma forte desigualdade social e cultural da população.

A construção do estudante como sujeito é um processo social e processual, ou seja, o mesmo é fragilizado e vulnerabilizado a partir da realidade cotidiana que o coloca em situações vulneráveis e de risco social.

Compreender o aluno dentro do contexto de sua história é entendê-lo como sujeito de sua história, no qual existe ou já existiu a existência de uma rede social de apoio. Se há fragilização dessa rede, conseqüentemente há a fragilização do aluno. Sendo assim, considerar a relevância da família e das instancias sociais na vida dos estudantes é entender sua referencia e seu pertencimento social.

A atividade profissional do assistente social engloba inúmeros aspectos relevantes do mundo do trabalho. Conforme Iamamoto (2007), o efetivo exercício profissional do assistente social agrega um complexo de determinações essenciais para esclarecer o significado social do trabalho profissional.

Na perspectiva de esclarecer este significado social deve ser levada em consideração a contradição presente na relação entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. A partir deste ponto de vista, entende-se como trabalho concreto do Serviço Social àquele portador de valor de uso dos serviços prestados, ou seja, de sua qualidade, mas também portador do trabalho humano abstrato, que gera valor.

Iamamoto apresenta que a realidade:

sintetiza tensões entre o direcionamento que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho concreto – afirmando sua dimensão teleológica e criadora -, condizente com um projeto profissional coletivo e historicamente fundado; e os constrangimentos inerentes ao trabalho alienado que se repõem na forma assalariada do exercício profissional. (2007, p.214)

Apesar de a profissão ser regulamentada como uma profissão liberal há a necessidade de aparatos legais e éticos que direcionem socialmente a atividade profissional. Dentre tais aparatos deve-se levar em consideração a relação entre o profissional de serviço social e os empregadores, ou seja, o significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações estabelecidas com os indivíduos que os contratam. Pois são os próprios empregadores que determinam em grande medida as necessidades sociais do trabalho profissional, definem a matéria, interferem nas condições de

atendimento, impõem exigências, dentre outras questões condicionantes do trabalho profissional.

Entretanto, estas relações não fogem à realidade imposta a qualquer outra profissão inserida na sociedade capitalista. De acordo com Iamamoto (2007) a condição de trabalhador assalariado, permeado por determinações sociais, afetam a coletividade dos trabalhadores, mesmo que de forma particular no âmbito desse trabalho qualificado e complexo.

Dessa forma, para que a dimensão teleológica do assistente social se materialize necessita-se que haja a mercantilização da força de trabalho, que pressupõe o assalariamento e a subordinação aos ditames do trabalho abstrato, impondo condicionantes relevantes à condução da autonomia profissional. É exatamente a partir desta realidade que se efetiva as tensões do exercício profissional, ou seja, tensão esta delimitada entre a dimensão teleológica, baseada no projeto profissional crítico, e entre a dimensão do trabalho alienado, que condiciona os eixos e possibilidades deste trabalho.

Em suma, a capacidade de imprimir direção social ao exercício profissional do assistente social é característica da sua relativa autonomia. Conforme Iamamoto, a consolidação desta autonomia:

é dependente da correlação de forças econômicas, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais, que envolvem relações com sujeitos sociais determinados: a instituição estatal (poder Executivo e Ministério Público, Judiciário e Legislativo); as empresas capitalistas; as organizações político-sindicais; as organizações privadas não lucrativas e as instâncias públicas de controle democrático (Conselhos de Políticas de Direito, conferências, fóruns e ouvidorias), que sofrem profundas metamorfoses sociais em tempo de capital fetiche (2007,p.220).

Sendo assim, os diversos espaços ocupacionais do assistente social e sua relação com as forças políticas dos trabalhadores condicionam o trabalho concreto, além de interferir nas condições em que se estabelece a autonomia profissional e na reprodução dos efeitos das relações sociais. Portanto, é justamente na relação entre as classes sociais, Estado e sociedade que encontramos a origem das questões a serem resolvidas. Por isso, a visão para

além do contexto profissional deve ser levada em consideração, abordando o movimento da sociedade e suas necessidades sociais.

2.3– O Serviço Social no contexto contemporâneo

O Serviço Social brasileiro possui uma feição acadêmico-profissional e social renovada, com foco na defesa do trabalho e dos trabalhadores, além do compromisso com a afirmação da justiça social, democracia, liberdade e igualdade.

Sendo assim, os assistentes sociais trabalham na perspectiva da prestação dos serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e os meios de exercê-los, garantindo que as necessidades dos sujeitos sociais adquiram visibilidade e reconhecimento.

Apesar disto, e de todas as conquistas da profissão ao longo do tempo, a dimensão contraditória das demandas e requisições sociais que se apresentam a profissão são de extrema relevância para a compreensão do contexto ao qual o assistente social está inserido. As forças sociais do capital e do direito, inscritas na dinâmica dos processos sociais, criam as bases reais para a direção da profissão, em conjunto com a intencionalidade dos seus agentes.

A particularidade do Serviço Social no âmbito da divisão sócio técnica do trabalho se encontra:

“organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da “questão social” e às formas históricas de seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.154).

Através disto, apreende-se que as condições que permeiam o trabalho do profissional de Serviço Social expressam a dinâmica das relações sociais presentes na sociedade. Ou seja, o exercício profissional do assistente social é necessariamente contextualizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Está inserido tanto nos mecanismos de exploração, quanto na resposta às necessidades dos trabalhadores.

Todo este processo significa que o exercício profissional está inserido em um contexto que permite tanto a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades para a transformação da mesma.

Sendo assim, o exercício profissional exige um profissional que possua não só competência para propor, mas também para negociar, defender e estabelecer estratégias político profissionais no sentido de reforçar os interesses das classes subalternas, assim como, trabalhar na perspectiva da defesa de suas qualificações e atribuições profissionais.

Conforme Iamamoto, o Serviço Social contemporâneo,

“Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho” (2006, p.23).

Sendo assim, não é apenas preciso que se elaborem manuais descritivos de como fazer, mas sim análises críticas e teóricas voltadas para o trabalho presente na trama de interesses sociais que permeiam o exercício profissional do assistente social. Além disso, é fundamental que a construção de estratégias coletivas, articuladas às forças sociais, seja efetivamente realizada a fim de potencializar caminhos no sentido dos direitos.

Capítulo 3 - O exercício profissional do Serviço Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB

3.1- O IFB: conhecendo o espaço institucional

O ensino técnico federal do DF teve início com a promulgação da Lei 3.522, de 1959, com reconhecimento de autonomia para as Escolas Técnicas e a Exposição de Motivos nº 95. Estes documentos criam a Escola Agrotécnica de Brasília, inaugurada no ano de 1962, e com o objetivo central de ministrar cursos regulares do antigo Ginásio e Colegial Agrícola (Portal do MEC).

Tendo em vista as novas orientações da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961, é publicado através do Decreto nº 53.558, a alteração da nomenclatura das Escolas de Iniciação Agrícola e das Agrotécnicas para Ginásios Agrícolas e Colégios Agrícolas. Através do mesmo decreto ficou estabelecida a integração entre a Escola Didática do Ensino Agrícola ao Colégio, formando assim, o Colégio Agrícola de Aplicação de Brasília.

Em 1967, o ensino agrotécnico do Brasil passou a ser tutelado pelo Ministério da Educação. Neste mesmo período ocorre novamente a mudança de nomenclatura devido à extinção da Escola de Didática do Ensino Agrário. Sendo assim, há o retorno da denominação Colégio Agrícola de Brasília.

Em 1978, o Colégio Agrícola de Brasília é transferido para o Governo do Distrito Federal. A incorporação do Colégio à Rede de Ensino do Distrito Federal ocorre através do Decreto nº 4.506. Além disso, foi através da Portaria nº 129 de 2000 que se insere a renomeação para Centro de Educação Profissional - Colégio Agrícola de Brasília - CEP/CAB, cujo objetivo é a qualificação e requalificação profissional, através de Cursos de Formação Inicial, Continuada e de Educação Profissional e Técnica de Nível Médio.

Sendo assim, o governo federal passou a apresentar maiores interesses na expansão da atuação da Rede de Educação Profissional e Tecnológica. Logo, surge a intenção de trazer a CEP/CAB para o âmbito federal, o que

facilitaria o contexto da Educação Profissional na esfera Federal para o Distrito Federal.

Em 2007, o presidente da República assinou o Decreto nº 6.095 que estabelecia as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica no âmbito federal, a fim de constituir os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em 25 de outubro de 2007 estabeleceu-se a Lei nº 11.534, que vincula a educação agrotécnica de Brasília ao Ministério da Educação atribuindo-lhe um novo nome: Escola Técnica de Brasília ETB-BSB, e, além disso, garantindo seu espaço no contexto federal.

O cenário atual da educação profissional e tecnológica estabeleceu-se através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais, fruto da absorção das Escolas Técnicas de Brasília. Os mesmos foram denominados Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB, constituídos inicialmente por 05 escolas. Os primeiros campi do IFB foram: Planaltina, posteriormente Brasília, Gama, Taguatinga e Samambaia.

Conforme art. 16 da Lei nº 3.552, o Instituto Federal de Brasília está vinculado ao Ministério da Educação - MEC e possui natureza jurídica de autarquia, além disso, é detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. A instituição oferta educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta da educação profissional e tecnológica nas diversas modalidades de ensino.

A organização político- administrativa do IFB se encontra descrita em seu Estatuto (2009) que apresenta que o órgão será regido através da Lei 11.892 de 2008, por legislação federal e também pelos instrumentos normativos internos, como: Estatutos, Regimento Geral, Resoluções do Conselho Superior e Atos da Reitoria. O órgão executivo do IFB previsto em sua Lei de criação é a Reitoria composta pelo Reitor e mais cinco pró-reitores. As pró-reitorias são fundamentais no processo do desenvolvimento da instituição e ao todo são 05 (cinco): Pró-Reitoria de Ensino - PREN, Pró-

Reitoria de Pesquisa e Inovação - PRPI, Pró-Reitoria de Extensão - PREX, Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRDI e Pró-Reitoria de Administração – PRAD.

Toda a organização administrativa do Instituto está descrita nos documentos normativos, como por exemplo, o Estatuto (2009), o Plano de Desenvolvimento Institucional (2009) e o Regimento Geral (2012). No art. 3º e 4º do Regimento Geral encontramos de forma mais detalhada a organização administrativa do IFB:

Art. 3º. A administração do IFB é feita por órgão colegiados, pela Reitoria e pela Direção Geral dos Campi, com apoio em uma estrutura organizacional que define a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada nível.

Art. 4º. A administração do IFB tem a seguinte estrutura organizacional básica: I. Órgãos Colegiados da Administração Geral: a) Conselho Superior/CS; b) Colégio de Dirigentes/ CD; c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/ CEPE. II Órgãos Executivo e de Administração Geral: a) Reitoria; a.1) Gabinete b. Pró-Reitorias: b.1) Pró-Reitoria de Administração; b.2) Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional; b.3) Pró-Reitoria de Ensino; b.4) Pró-Reitoria de Extensão; b.5) Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação; III Direção Geral dos Campi IV. Órgão de assessoramento. a) Conselho Gestor em cada campus. b) Comissão Permanente de Pessoal Docente/CPPD; c) Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação/ CIS; d) Comissão de Ética/COET; e) Ouvidoria; f) Comissão Própria de Avaliação/CPA V. Órgãos de Controle e Assessoria: a) Núcleo de Auditoria Interna; b) Procuradoria Jurídica Federal. §1º A Procuradoria Jurídica do IFB é órgão descentralizado da Procuradoria Geral Federal/Advocacia Geral da União, nos termos da legislação vigente. §2º Por decisão do Conselho Superior poderão ser criados novos Órgãos de Assessoramento, modificados ou extintos os já existentes. (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2012, p. 4).

Documentos como as Concepções e Diretrizes da educação profissional e a Lei de Criação dos Institutos Federais, apresentam algumas orientações e ideologias que permeiam a política de educação profissional e tecnológica. Sendo assim, alguns pilares e orientações básicas puderam ser compreendidos a fim de orientar e expandir o ensino, são elas:

- A oferta de educação profissional e tecnológica na direção do incentivo ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

- Proporcionar o acesso ao ensino, em especial para aqueles que se encontram à margem do processo educativo;
- Garantir o processo educativo e investigativo com vista às demandas sociais e regionais;
- Promover a verticalização e a integração da educação básica à educação profissional e educação superior;
- Produzir e estimular a pesquisa, produção, empreendedorismo, cooperativismo e desenvolvimento científico e tecnológico;
- Apoiar e encorajar os processos educativos que proporcionem a geração de trabalho e renda e a emancipação do cidadão.

Os pilares apresentados acima são, dentre outras, algumas das direções tomadas para o desenvolvimento da educação profissional dos Institutos Federais. Sendo assim, apreende-se que estes pilares seguem algumas direções educacionais, como: a perspectiva da direção da autonomia crítica do aluno, a educação investigativa, a inclusão social, a pesquisa aplicada e a aprendizagem a partir das experiências do aluno em sua comunidade. Contudo, não se pode afirmar que estas direções são materializadas efetivamente.

Dessa forma, o discurso caracterizador da realidade dos Institutos Federais traduz e entende a educação como potencializadora das ações do homem e, portanto, agente transformador da sua realidade. Neste sentido, a missão da instituição constitui-se em:

“Oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável” (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2009a, p. 10).

Através de todos os princípios e características expostas, percebe-se que os Institutos Federais se preocupam, ao menos teoricamente, com o processo social e cultural de formação, assim como com o desenvolvimento sustentável e desenvolvimento do olhar para as demandas sociais e regionais.

3.2- As condições de trabalhador assalariado do assistente social no IFB

O intuito inicial da pesquisa era que fossem realizadas 5 (cinco) entrevistas com as assistentes sociais dos Institutos Federais de Brasília. Entretanto, devido a alguns fatores, só foram colhidas 3 (três) entrevistas realizadas, conforme roteiro em anexo.

Duas entrevistas não foram realizadas. A primeira delas devido ao não retorno da profissional de Serviço Social. Foram realizadas inúmeras tentativas de contato, mas todas elas sem sucesso. A segunda profissional alegou não possuir autorização do Instituto para responder a pesquisa e, portanto, não poderia ajudar.

Das três entrevistadas, a formação mais recente se deu no ano de 2011. As outras duas formaram-se em 2003 e 2006. Além disso, todas possuem algum tipo de especialização concluída e/ou em andamento. A primeira delas está cursando o mestrado, a segunda já possui especialização em Gestão da Tecnologia da Informação e a última, está realizando o doutorado.

Todas elas ingressaram no IFB no ano de 2013 e são regidas pelo Regime Jurídico Único (RJU). Além disso, duas delas exercem apenas o cargo de assistente social, enquanto apenas uma acumula o cargo de assistente social e diretora de administração e planejamento. O cargo da assistente social na diretoria não está inserido na coordenação da assistência estudantil. Devido a isto, a última exerce a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e as demais apenas de 30 (trinta) horas semanais. Todas possuem apenas um vínculo empregatício.

Questionadas a respeito da participação em movimentos sociais, sindicatos, atividades do CRESS e conselhos, apenas duas afirmaram participar de alguns dos movimentos citados. A primeira delas afirmou participar das atividades do CRESS através de palestras diversas. A segunda entrevistada afirmou pertencer ao movimento feminista.

Questionadas também a respeito do surgimento do Serviço Social no campus em que trabalham, houve um consenso de como se deu tal surgimento. As profissionais, de modo geral, afirmaram que o Serviço Social

surge através da necessidade da existência de profissionais que viabilizem a Política de Assistência Estudantil, ou seja, que trabalhem na perspectiva de implementação de programas e ações que visem o atendimento às diversas necessidades do aluno, garantindo o seu acesso e permanência no ensino.

As profissionais descreveram que suas principais atividades exercidas no Instituto Federal, basicamente tratam-se de:

- Propor, desenvolver e acompanhar políticas que beneficiem o bem-estar social da comunidade acadêmica;
- Assessorar a Instituição na elaboração de programas e projetos sociais;
- Elaborar e acompanhar a execução de planos, programas e projetos;
- Orientar a comunidade acadêmica sobre direitos e deveres, acesso a direitos instituídos, rotinas da instituição, serviços e recursos sociais;
- Organizar cursos, palestras, reuniões e eventos técnicos e sociais;
- Realizar estudo socioeconômico;
- Pesquisar informações in loco e denunciar situações-problema;
- Elaborar relatórios, pareceres técnicos e orientações sobre rotinas e procedimentos;
- Definir critérios e indicadores para instrumentos de avaliação social;
- Realizar atendimento e prestar orientação social aos estudantes;
- Assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em relação às atividades apresentadas, é importante destacar a relação das mesmas com as competências profissionais previstas na lei de regulamentação da profissão:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar

assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (Lei nº 8.662, 1993, p. 1).

A fim de garantir a efetividade de tais atividades, os principais instrumentais utilizados nos institutos são: a entrevista, visita domiciliar, relatórios, pareceres sociais, estudos socioeconômicos, reuniões, atendimentos individuais ou em grupos e estudos de caso.

Em relação à participação das assistentes sociais na definição dos critérios e na formulação da política de assistência estudantil, todas as entrevistadas afirmaram haver sim esta participação. Afirmaram que o Serviço Social tem participado ativamente na construção, desenvolvimento e execução da Política de Assistência Estudantil, realizando um denso trabalho na elaboração e construção coletiva.

Entretanto, alguns problemas decorrentes do exercício profissional foram relatados pelas entrevistadas, como a existência de conflito das atribuições com outros profissionais, a questão do Instituto se tratar de uma instituição ainda muito nova, a dificuldade com os prazos de repasses dos recursos do MEC e a falta de planejamento das demandas. Conforme as assistentes sociais, estes se tratam das principais dificuldades presentes atualmente em seus respectivos exercícios profissionais.

Em relação ao espaço físico para atendimento do usuário houve um consenso na perspectiva de que o mesmo garante sim a privacidade do atendimento, proporcionando toda a infraestrutura necessária ao direito do usuário ao sigilo profissional.

As entrevistadas também concordaram na perspectiva de estarem assegurando as prerrogativas profissionais previstas nas legislações do Serviço Social diante do cenário de precarização do trabalho e da política social. Todas elas acreditam que tais prerrogativas são levadas em

consideração pelo instituto e que não há impeditivos relevantes para a concretização do projeto ético político. Além disso, consideraram que o uso de seus instrumentos e técnicas de trabalho são assegurados, ou seja, afirmaram que os seus pareceres e ponto de vistas são acatados e que não há a necessidade de entrar em uma correlação de forças com a gestão.

Questionadas também a respeito da existência de um plano de trabalho específico do Serviço Social, somente 1 (uma) assistente social afirmou ter elaborado um documento que apresente o processo de trabalho do Serviço Social. As outras duas disseram não haver tal documento, somente tentativas de criação do mesmo. A profissional que formulou o documento em seu campus o elaborou de acordo com as atribuições profissionais previstas no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão, nos Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na educação, formulado pelo CFESS, nos fluxos de trabalho pertinentes a cada profissional que compõe a coordenação e o disposto na Política de Assistência Estudantil.

A participação dos estudantes nas decisões institucionais também é de extrema importância. Questionadas a respeito da existência desta participação, todas as profissionais afirmaram haver sim tal desenvolvimento nesta área, através de consulta aos estudantes, reuniões, mobilização estudantil e até mesmo Centros Acadêmicos e Grêmios Estudantis.

Em relação à valorização do conhecimento técnico do profissional de Serviço Social no Instituto tivemos diferentes respostas por cada uma das profissionais. A primeira delas afirmou que tal conhecimento é sim valorizado, porém é fundamental que se firme as atribuições da profissão dentro do próprio Instituto. A segunda delas afirmou que depende do ponto de vista analisado e a terceira afirmou que há sim bastante valorização deste conhecimento.

Levando em consideração o quadro político, social e institucional e sua relação com o favorecimento da autonomia profissional, duas das assistentes sociais entrevistadas afirmaram que sim, o quadro político, social e institucional favorece sim a autonomia profissional. Uma delas chegou a afirmar que este favorecimento cresce cada vez mais, uma vez que o atendimento dirige-se a uma população extremamente vulnerável, produto de um desemprego massivo.

Apenas uma assistente social argumentou que o cenário político, social e econômico sempre apresentará ao assistente social desafios no que se refere a sua autonomia, uma vez que isto é próprio das lutas do conjunto da profissão e da construção do projeto ético político. Afirmou também que o contexto institucional favorece a autonomia profissional, tanto no que se refere à figura do coordenador, como na direção do trabalho assumida pela gestão do Campus.

Dentre as medidas que as profissionais acreditam ser fundamentais para trabalhar o fortalecimento da autonomia profissional, podemos citar:

- Atuação em conjunto;
- Formulação das propostas de trabalho em conjunto com a categoria profissional;
- Fortalecimento das posições teóricas;
- Políticas de grupo na construção da leitura da realidade sobre o trabalho realizado.

As mesmas citaram os pontos acima como forma de fortalecer a autonomia profissional do Serviço Social no Instituto, apresentando como enfoque a questão do trabalho coletivo a fim de demonstrar cada vez mais a relevância do trabalho desempenhado pelas mesmas.

Quanto ao aporte teórico e leitura realizada pelas mesmas a respeito do Serviço Social, da Educação e da Assistência Estudantil, duas delas afirmaram que no último ano leram mais de cinco livros e/ou artigos a respeito do tema. Apenas uma delas afirmou ter realizado no último ano apenas 2 (duas) leituras sobre Serviço Social e 3 (três) sobre a Educação e Assistência Estudantil.

Além disso, foi questionado quais legislações do exercício profissional são mais utilizadas em seus respectivos trabalhos, as mesmas descreveram os seguintes: a Constituição Federal, Política Nacional de Assistência Estudantil, Estatuto da Criança e do Adolescente, Maria da Penha, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Resoluções Internas, Código de Ética Profissional, Política Nacional de Assistência Social, Lei 8662/1993 – Regulamentação da Profissão, dentre outras.

3.3- Possibilidades e limites da autonomia profissional frente a precarização do trabalho e da formação profissional

Diante do contexto atual de precarização do trabalho e da formação profissional, percebe-se que estamos englobados em uma sociedade de exploração e apropriação dos meios de produção e que os interesses privados sobressaem os interesses gerais da sociedade, produzindo desigualdades e injustiças sociais sem tamanho.

Através das entrevistas realizadas com as assistentes sociais dos Institutos Federais pude analisar e pontuar algumas questões de extrema relevância. Tais questões puderam revelar as possibilidades e os limites da autonomia presentes atualmente no exercício profissional das assistentes sociais entrevistadas.

Sendo assim, em primeiro lugar, vale a pena ressaltar que dentre as entrevistas negadas, uma delas alegou que não possuía autorização expressa pela Instituição para prestar tal entrevista. Este fato nos leva a problematizar a questão da autonomia do assistente social. Conforme o Código de Ética Profissional (1993):

Art. 2º - Constituem direitos do assistente social: [...] b) livre exercício das atividades inerentes à Profissão; [...] f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código; g) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população; i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos. (1993, p.4)

O profissional de Serviço Social detém desta autonomia para a realização de atividades inerentes e correlacionadas à sua atividade profissional. Ou seja, o instituto não deve ditar o que deve ou não ser feito em relação às determinadas atividades previstas legalmente e garantidas formalmente para o assistente social.

Além disso, as entrevistas relataram alguns problemas que encontram atualmente em seus respectivos exercícios profissionais, são eles: a existência de conflito das atribuições com outros profissionais, a questão do Instituto se

tratar de uma instituição ainda muito nova, a dificuldade com os prazos de repasses dos recursos do MEC e a falta de planejamento das demandas.

As atribuições do profissional de Serviço Social dentro de uma determinada instituição é algo que deve ser bem definido a fim de não gerar conflitos no decorrer do exercício profissional do grupo. Conforme o Código de Ética (1993), o profissional detém de:

h) ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções (1993, p.4).

Dessa forma, é imprescindível que haja um plano de trabalho específico do Serviço Social, ou seja, um documento que sistematize o planejamento das ações profissionais do assistente social. Entretanto, dentre as entrevistas, apenas uma delas elaborou tal plano de trabalho, ou seja, se torna bastante complicado o fato de não haver iniciativa da elaboração deste plano para a resolução do problema citado. As profissionais alegam que houve tentativas para a construção deste plano, mas todas elas sem êxito.

Outro problema citado é o fato da Instituição Federal se tratar de uma instituição ainda muito nova. De fato, a instituição é bastante recente e ainda apresenta muitas questões a serem desenvolvidas e amadurecidas. Sendo assim, a construção de bases sólidas e bem elaboradas do fazer profissional fazem parte de um processo e devem estar baseadas na ética e na construção de visões críticas e participativas.

A dificuldade de repasses dos recursos do MEC é outra dificuldade presente. Os atrasos frequentes dos repasses e o descaso do governo em relação ao pagamento dos auxílios é algo recorrente nos Institutos e, além disso, proporciona insatisfação e reclamação constante dos estudantes. Com isso, é possível visualizar o frequente descaso com a questão social, visto que cada vez mais o governo procura a retração das políticas sociais e diminuição da garantia de direitos, proporcionando o desmonte das conquistas e direitos conquistados.

Entretanto, conforme art. 8º do Código de Ética é dever do assistente social:

b) denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário; c) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária (1993, p.6).

Sendo assim, o profissional de Serviço Social deve trabalhar no sentido da garantia das demandas da população usuária, o que tem sido dificultado diante dos desafios de garantir sua autonomia e legitimidade frente ao cenário de precarização e desestruturação das políticas públicas.

Por fim, a questão de planejamento das demandas é outro fator que deve fazer parte da agenda das profissionais de Serviço Social. Neste sentido, deve ser instaurado pela própria Instituição em conjunto com a equipe interdisciplinar métodos de enfrentamento e planejamento das diferentes demandas presentes no cotidiano da Instituição, a fim de proporcionar maior efetividade ao trabalho exercido.

Contudo, diversos pontos positivos puderam ser abstraídos das entrevistas realizadas. Questões como a garantia da autonomia no uso dos instrumentais, a grande carga de leitura realizada pelas profissionais, o espaço adequado para atendimento, a participação da formulação dos processos decorrentes do seu trabalho e a participação dos estudantes nas decisões institucionais são fatores de extrema importância para proporcionar um fazer profissional efetivo, do ponto de vista da garantia de direitos e emancipação dos sujeitos.

Entretanto, o quadro político, social e institucional da atualidade se apresenta como um grande desafio para o exercício profissional dos assistentes sociais, assim como, um grande desafio para o favorecimento da autonomia profissional dos mesmos. Uma entrevistada apresentou uma visão mais reflexiva e crítica da situação, as outras duas afirmaram que o quadro atual favorece a autonomia profissional.

Conforme Iamamoto:

o desenvolvimento do pensamento social crítico e a postulação de que a profissão se insere na divisão sociotécnica permitiram o avanço no debate relacionado à condição do assistente social como trabalhador

assalariado. Tal condição impõe limites à condução de seu trabalho e, conseqüentemente, à implementação do projeto profissional, confirmando sua relativa autonomia, que é condicionada pelas lutas travadas na sociedade entre os diferentes projetos societários. Ou seja, tal autonomia pode ser dilatada ou comprimida, dependendo das bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo profissional nas suas ações (IAMAMOTO, 2003, 2007).

Sendo assim, tal processo é inerente ao exercício profissional do assistente social e deve ser levado em consideração em todos os espaços sócios ocupacionais existentes. Ou seja, o olhar crítico frente às situações postas deve fazer parte do cotidiano profissional destes profissionais, em conjunto com os estudos constantes e atualizados sobre o tema.

Entretanto, há limites postos ao exercício profissional decorrentes da própria condição do Plano Nacional de Assistência Social (2010), ou seja, os impositivos colocados no plano comprometem a autonomia do/a assistente social. Devido à insuficiência de recursos, o próprio plano tem conduzido suas atividades para uma lógica voltada para a focalização, com a reprodução das atuais políticas de assistência social, negando a educação como um direito universal.

A partir disto, percebe-se que a atividade profissional do/a assistente social se coloca em xeque, tendo em vista a retração das políticas públicas e imposição de direcionamentos colocados ao seu processo de trabalho.

Em suma, abrir mão da ampliação da educação pública significa abrir mão da luta associada a permanência dos estudantes, desde o transporte até a moradia, alimentação e suporte acadêmico necessário. Sendo assim, não se pode perder de vista a perspectiva da garantia da universalidade no compromisso da assistência estudantil como direito, proporcionando a participação democrática e garantindo a autonomia dos institutos. Deixar estas questões de lado é dar espaço para o discurso neoliberalista que defende a privatização e enfraquece o direito à educação.

Conclusão

A realidade contemporânea em relação às políticas públicas diz respeito a uma lógica de precarização e desproteção aos trabalhadores. Conforme Raquel Raichelis o que ocorre é a ampliação do Estado em detrimento das necessidades das classes trabalhadoras, ou seja, há uma transformação das políticas de proteção social, assim como seus objetivos e intencionalidades, a fim de defender os interesses capitalistas.

As políticas sociais e o sistema de proteção brasileiro reproduzem os traços regressivos das tendências mundiais, como: políticas focalizadas na extrema pobreza em detrimento de políticas sociais universais, ênfase nas contrapartidas como mecanismos do controle seletivo do acesso aos benefícios, culpabilização dos pobres por sua situação, revalorização da família como meio de absorção de fatores sociais, dentre outras características.

As políticas educacionais, assim como as outras políticas públicas, se inserem no atual contexto de desmonte e precarização. Portanto, a educação responde tanto às necessidades de valorização do capital, ao preparar a força de trabalho para suas atividades, quanto aos trabalhadores, ao socializar o conhecimento historicamente acumulado:

A educação institucionalizada (...) serviu ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. (...) O fato de a educação formal não poder ter êxito na criação de uma conformidade universal não altera o fato de, no seu todo, ela estar orientada para aquele fim (MÉZSÁROS, 2005, p. 35).

Sendo assim, a educação está direcionada conforme as necessidades postas ao mercado e aos interesses capitalistas. Diante deste contexto, o fazer profissional do Serviço Social na área educacional se configura como um elemento fundamental na construção e efetivação dos direitos e proteção. Entretanto, a relativização da autonomia posta ao assistente social se coloca como uma barreira à efetivação, tendo em vista a limitação do seu agir

profissional. Ao mesmo tempo, esta autonomia, ainda que relativa, permite a assistente social atender os interesses dos usuários.

Na presente conjuntura de grandes desafios a serem enfrentados, demanda-se cada vez mais profissionais comprometidos com a universalização e democratização de direitos e acessos ao conjunto da população. O/a assistente social é capaz de contribuir efetivamente neste contexto, ou seja, na direção de uma sociedade mais justa, igualitária e emancipada.

Em suma, apesar do contexto de desmonte de direitos, da precarização do trabalho e dos limites institucionais, o profissional de Serviço Social é fundamental para se estabelecer na luta dos direitos sociais. E, além disso, através de sua apreensão crítica da realidade construir estratégias coletivas capazes de reforçar os direitos nas diferentes áreas, na perspectiva de ampliar o protagonismo das classes subalternas na esfera pública.

Através da pesquisa realizada foi possível perceber que a área educacional ainda possui uma longa caminhada a ser trilhada, principalmente no que diz respeito à assistência estudantil e à garantia de direitos. Contudo, os profissionais de Serviço Social dos Institutos Federais são assegurados de diversas prerrogativas para que o exercício profissional se execute efetivamente, fato este que em muitos espaços sócio ocupacionais não se estabelecem. Sendo assim, apesar do profissional de Serviço Social do IFB ter conquistado seu espaço de relevância dentro do Instituto, a luta por direitos e pela garantia de expansão dos mesmos deve se tratar de lutas constantes e presentes no cotidiano profissional, tendo em vista a garantia dos direitos dos estudantes e sua emancipação.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rhayane. **Demandas apresentadas ao Serviço Social pelos discentes, competências e atribuições dos assistentes sociais no Instituto Federal de Brasília**. 66. Monografia – Serviço Social, Universidade de Brasília, 2015.

CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL. CFESS, 1993. **Lei nº 8662**, 13 de março de 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 28 agosto 2016.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **Planalto**. Planalto, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 22 junho 2016.

IAMANOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LAGIOTO, Nanci. **Autonomia profissional X trabalho assalariado: exercício profissional do assistente social**. 157. Dissertação – Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 25 agosto 2016.

LEI ORGANICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. Planalto. **Lei nº8.724**, 07 Dezembro 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 14 agosto 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NOGUEIRA, Vera Maria; TUMELERO, Silvana Marta. **A relativa autonomia do assistente social na implementação das políticas sociais: elementos explicativos**. O Social em Questão - Ano XVIII - nº 34 – 2015.

PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. Presidência da República, 2010. **Decreto nº 7234**. 19 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 15 agosto 2016.

REGIMENTO GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. IFB, 2012. **Resolução nº 012-2012/CS-IFB**. 08 de fevereiro de 2012. Disponível em: http://www.ifb.edu.br/attachments/2939_Resolu%C3%A7%C3%A3o%20RIFB_012_2012-Aprova%20Regimento%20Geral%20do%20IFB.pdf. Acesso em: 13 setembro 2016.

SCHNEIDER, Gláucia; HERNANDORENA, Maria. **Serviço Social na Educação perspectivas e possibilidades**. Porto Alegre: CMC, 2012.

SILVA, O. M. M. J. D. **Serviço social na educação: Teoria e prática**. Campinas SP: [s.n.], 2012.

SOUZA, Iris. **Serviço Social na Educação: Saberes e competências necessários no fazer profissional**. 238. Tese de Doutorado – Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

TEIXEIRA, Joaquina; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social**. 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio histórico da profissão**. Disponível em: http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O_significado_socio-_historico_da_profissao%20Yasbek.pdf. Acesso: 13 março 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. ABEPSS. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/yazbek-201608060401395873620.pdf>. Acesso em: 05 outubro 2016.

ANEXO 01 – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Ano de Formação em Serviço Social:

Nível Formação (especialização, mestrado, doutorado):

Ano de Ingresso no IFB:

Regime de trabalho: () RJU () Celetista () Outro

Função/Cargo no IFB:

Jornada de Trabalho no IFB:

Quantos vínculos empregatícios:

Você participa:

- () movimento social. Em caso afirmativo, qual?
- () sindicato. Em caso afirmativo, qual?
- () atividades do CRESS. Em caso afirmativo, qual?
- () conselho de política social. Em caso afirmativo, qual?
- () conselho de defesa de direitos. Em caso afirmativo, qual?

- 1- Como se deu o surgimento do Serviço Social neste campus?
- 2- Quais são as principais atividades do Assistente social no IFB?
- 3- O Serviço Social participa na definição dos critérios/formulação da política de assistência estudantil?
- 4- Quais são as principais dificuldades que você encontra para concretizar o seu trabalho e atender às demandas que chegam até o Serviço Social?
- 5- O espaço físico para o atendimento ao usuário possui recursos que garantem a privacidade do atendimento?

- 6- Você tem conseguido assegurar as suas prerrogativas profissionais previstas na legislação profissional frente à precarização do trabalho e da política social?
- 7- Quais são os principais instrumentos de trabalho? ¹
- 8- Como se configura o uso da autonomia relativa profissional no uso dos instrumentos e técnicas de trabalho?
- 9- Há o plano de trabalho específico do Serviço Social? Em caso afirmativo, quem e quando foi elaborado?
- 10-O trabalho do assistente social tem contribuído para a participação de estudantes nas decisões institucionais? Como?
- 11-O conhecimento técnico do profissional de Serviço Social é valorizado?
- 12- O atual quadro político, social e institucional favorece a autonomia profissional?
- 13- De que forma você acredita que a categoria profissional pode trabalhar para o fortalecimento da autonomia profissional?
- 14- No último ano, você leu quantos livros e/ou artigos sobre Serviço Social?
- () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () Mais de 5
- 15-No último ano, você leu quantos livros e/ou artigos sobre Educação e/ou Assistência Estudantil?
- () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () Mais de 5
- 16-Quais legislações do exercício profissional você mais utiliza no seu trabalho?

¹Questões 7, 12 e 13 retiradas do roteiro de entrevista da pesquisa de Nanci Lagioto Hespanol Simões: Autonomia profissional x Trabalho Assalariado: Exercício Profissional do Assistente Social. No caso da questão sete, a mesma foi adaptada, visto o acréscimo da “precarização da política social”.

ANEXO 02 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “O trabalho de assistente social na educação: limites e possibilidades da autonomia profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB”, de responsabilidade de *Yohana Rodrigues Beserra*, aluna de *graduação* da *Universidade de Brasília*. O objetivo desta pesquisa é contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre as particularidades do trabalho do/a assistente social na educação, assim como as ações profissionais, no sentido de compreender os limites e as possibilidades da autonomia profissional frente a precarização do trabalho e formação profissional. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de uma entrevista e fita de gravação. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa contribuir para a problematização da questão da autonomia profissional do Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB, assim como proporcionar uma reflexão a respeito do tema aos participantes da pesquisa.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 061 8380-0813 ou pelo e-mail yohanarodrigues1@hotmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio do e-mail, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Brasília, ____ de _____ de _____

